



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO SETE DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do docente Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Beatriz Rocha, João Paulo Anjos, Ana Patrícia Rodrigues e Rosa Tomás para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto um - Reflexão e análise acerca do momento inspetivo ao Agrupamento;-----

----- Ponto dois - Análise do relatório do Plano Anual de Atividades;-----

----- Ponto três - Aprovação do Relatório de Contas de Gerência;-----

----- Ponto quatro - Outros assuntos.-----

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. Após algumas alterações, a ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções (por não terem estado presentes). -----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos elementos presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, conforme prevê o Regimento - não houve propostas.-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (conforme exige o Regimento Interno).-----

----- Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Presidente deste Conselho propôs aos elementos presentes uma alteração à mesma. A proposta foi no sentido de se iniciarem os trabalhos pelo ponto três: “Aprovação do Relatório de Contas de Gerência”, em virtude da comparência excecional, nesta reunião, da Chefe de Serviços de Administração Escolar, para responder às questões que eventualmente lhe pretendessem colocar a fim de esclarecer algumas dúvidas, relativamente a este assunto. Para não prolongar a sua presença por muito mais tempo, julgou ser pertinente esta alteração.-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- O Presidente do Conselho Geral relativamente ao Regimento Interno deste Conselho, artigo 3º. - Competências do Conselho Geral (Artigo 13º. do decreto lei nº. 75/2008 de 22 de Abril), advertiu que por força da alteração da respetiva legislação e por este decreto ter sido revogado, o mesmo já não se encontra adequado. Propôs que o mesmo (se todos concordarem) passe a ter a seguinte redação: (...) *artigo 3º. - Competências do Conselho Geral (Artigo 13º. do decreto lei nº. 137/2012 de 02 de julho)*(...). Todo o resto se mantém.-----

----- Todos os Conselheiros concordaram.-----

-----Relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou que era de considerar aberta a discussão e análise ao “Relatório de Contas de Gerência”.-----

-----Procedeu-se a um breve esclarecimento às questões colocadas pelos Conselheiros, nomeadamente no que respeita às rubricas e respetivas fontes de financiamento.-----

-----Foi esclarecida a questão do “aluguer de instalações desportivas”, que são despesas suportadas pelo orçamento, e diz respeito à rubrica onde entra a verba que se destina ao pagamento do aluguer do Pavilhão da Escola Básica número dois de Vilarinho do Bairro.-----

-----Na página sete, a despesa refere-se a software informático, que foi adquirido para fazer face às dificuldades de um aluno, que necessita de material específico para colmatar as suas limitações, e facilitar o seu desempenho.-----

-----O professor Pedro Vale questionou sobre o significado de “abonos variáveis e eventuais”. O Diretor esclareceu que tal diz respeito ao pagamento de horas extraordinárias. No entanto, convém ter em consideração que estas se referem ao ano letivo anterior, pois o documento em análise reporta-se a trinta e um de dezembro de dois mil e doze.-----

-----O Diretor acrescentou ainda que as horas extraordinárias se refletem em acertos de horários. Nem sempre o número de horas necessário, no momento, justifica o pedido de um novo horário, pelo que obedece a determinadas regras.-----

-----O professor Artur Melo, relativamente à página nove, “Orçamento de Receitas Próprias Por Tipo de Receita”, questionou sobre o que contempla a receita “famílias”, pelo que foi esclarecido que nesta rubrica entra a verba das visitas de estudo. Esta verba é entregue nos cofres do estado e, posteriormente, é requisitada para proceder à liquidação das respetivas faturas.-----

-----Relativamente a “vendas de bens não duradouros” a informação foi no sentido de que esta verba compreende os lucros do bufete dos três estabelecimentos de ensino.-----

-----Ainda, na página sete, sobre a rubrica “comunicações fixas de voz”, o Diretor esclareceu que este valor é suportado pela câmara municipal e refere-se a várias despesas da atividade cento e noventa e um, que são os estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo do ensino básico. Disse ainda que o valor em questão deve ser considerado e analisado em função da verba atribuída por ano letivo, a cada estabelecimento de ensino do primeiro ciclo pelo que, neste momento, apenas decorreram alguns meses de despesas, à data do encerramento do ano económico.-----

-----No que respeita à questão colocada sobre a verba de “Material de Escritório”, foi explicado que se refere a todo o material de papelaria, consumíveis e ainda impressos (boletins de matrícula e outros), dos três estabelecimentos de ensino do Agrupamento. Quanto aos “Transportes”, incluem-se nesta rubrica as ajudas de custo dos transportes dos professores aquando da correção de exames, e ainda para a deslocação daqueles que, por força de cumprir horário, nos vários estabelecimentos de ensino do agrupamento, têm de se deslocar com frequência em viatura própria.-----

-----Por fim, o Diretor informou que os documentos aqui apresentados são os enviados ao tribunal de contas. São modelos específicos e, por vezes, a sua leitura e interpretação não é tão linear quanto isso. Relativamente a todos os movimentos e respetivas aplicações de verbas, encontram-se arquivados nos serviços administrativos todos os documentos correspondentes.-----

-----Após os respetivos esclarecimentos às questões colocadas, e depois de devidamente analisado pelos Conselheiros, o Presidente do Conselho Geral propôs a aprovação do Relatório de Contas de Gerência do ano dois mil e doze. -----

----- Foi aprovado por unanimidade no dia dezassete de abril de dois mil e treze.-----

----- De acordo com o segundo ponto da Ordem de Trabalhos (cumprindo a alteração feita à mesma): “Reflexão e análise acerca do momento inspetivo ao Agrupamento”, o Presidente do Conselho Geral questionou o Diretor acerca de alguma informação que pudesse facultar relativamente a este momento. Informou que era de considerar aberto o diálogo e as considerações, que entendessem pertinentes, sobre este assunto.-----

----- O Diretor informou os presentes de que, até à data, não tinha recebido nenhuma informação ou relatório para poder apresentar. No entanto, referiu que no último painel lhe foram colocadas, pelos inspetores, algumas questões para esclarecimento e confirmação de dúvidas, que surgiram ao longo dos diversos painéis anteriores.-----

----- Começaram por questionar o “abandono escolar”, nomeadamente sobre a forma da escola agir neste âmbito e qual a sua incidência (percentagem). Abordaram também o “Projeto Educativo” e, relativamente às “metas”, fizeram uma crítica à falta de ambição das mesmas. Acrescentaram ainda um reparo ao horário de funcionamento da biblioteca do Centro Escolar.-----

----- O Diretor ainda mencionou que, de uma forma geral, eles depositaram uma grande expectativa neste agrupamento, e aconselharam a encarar este momento como um desafio.-----

----- Louvaram muito a Associação de Estudantes e a forma como se organizaram e movimentaram dentro do Agrupamento.-----

----- Em conclusão, o Diretor disse que, de uma forma geral, achou o balanço positivo. Terminou a sua intervenção, agradecendo a colaboração de todos.-----

----- A representante dos Pais e Encarregados de Educação, Paula Gama, referiu que eles (representantes dos Pais e Encarregados de Educação) ficaram com a sensação de que os inspetores eram defensores dos “quadros de honra” e “excelência”. Neste âmbito, e para salvaguardar este assunto, informou-os de que os pais foram os grandes opositores dos mesmos.-----

----- O Presidente do Conselho Geral afirmou que, desde a constituição da Assembleia de Escola até à do Conselho Geral, por vezes as pessoas não têm propriamente a conceção do que é que se espera deste(s) órgão(ãos) e, frequentemente, sente-se um pouco que se anda a “pregar no deserto”. Ou seja, nem todos os elementos do Agrupamento têm a devida noção do significado do Conselho Geral. Só se percebe a sua importância neste tipo de circunstâncias, nomeadamente face a uma inspeção que exprime claramente o que se espera e pretende deste Conselho Geral. Sabe-se, ou dever-se-ia saber, que o Conselho Geral tem nas suas competências a responsabilidade de intervir de forma diretiva. A exemplo disso recordou as questões colocadas, mormente, os assuntos relacionados com a decisão esperada deste órgão sobre a existência ou não de cursos profissionais e, ainda, relativamente ao parecer inerente ao Plano Anual de Atividades. Isto significa que este órgão (Conselho Geral), e salvaguardando obviamente a boa relação que existe (que se acredita ser um dos aspetos bastante fortes e poderosos a ser tomados em consideração, nomeadamente a conjugação de esforços dentro do agrupamento), tem que ter a noção clara das suas responsabilidades. Estas competências reportam-se, tanto a assuntos mais herméticos, como, por exemplo, as Contas de Gerência, como no Plano Anual de Atividades, ou sobre a ratificação dos critérios de organização de horários. É importante, portanto, que toda a comunidade escolar tenha a noção de que muitas das decisões tomadas, ou quase todas, em termos de linhas orientadoras, são da competência deste Conselho, e por isso este órgão não se pode eximir disso. -----

----- Face ao exposto, acrescentou ainda que é necessário e relevante salientar que quando tudo corre dentro da normalidade (não havendo qualquer problema) ninguém é chamado a responder mas, em contrapartida, se isso não acontecer, o primeiro órgão a caucionar é o Conselho Geral.-----

----- Em conclusão, o Presidente deste Conselho comunicou que em virtude de nesta data não existir nenhuma comunicação do resultado da inspeção, seria de ponderar, na próxima reunião, voltar a refletir sobre este assunto (de acordo com o relatório), porquanto este Conselho terá de se pronunciar sobre o parecer do mesmo.-----

----- O Diretor recordou ainda que, neste novo modelo, se impõe que exista um plano de melhoria e que é obrigatório o cumprimento do mesmo, para fazer face aos “pontos fracos” que eventualmente tenham sido encontrados.-----

----- O Presidente do Conselho Geral deu continuidade à reunião referindo que se encontrava aberta a discussão e análise relativa ao relatório do “Plano Anual de Atividades”.-----

----- Foi apresentado aos elementos presentes, o documento “Plano Anual de Atividades”, que já tinha sido enviado previamente, para que fosse devidamente analisado, o que mereceu a melhor apreciação por parte dos mesmos.-----

----- Procedeu-se a uma cuidadosa análise ao documento, fazendo-se as alterações consideradas pertinentes e oportunas (sendo, todas elas, com o consenso deste Conselho).-----

----- Ficou a recomendação ao Diretor de tomar em consideração algumas observações levantadas pelos Conselheiros, para resolver algumas questões e, por conseguinte, acrescentar maior rigor ao documento.--

----- Após as devidas reflexões e concluídos os trabalhos de análise e reformulação de alguns pontos do Plano Anual de Atividades, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação.-----

----- Foi aprovado por unanimidade.-----

----- Dando cumprimento ao último ponto da Ordem de Trabalhos, “Outros Assuntos”, o Presidente do Conselho Geral perguntou se havia alguma questão que os Conselheiros ainda pretendessem colocar.-----

----- A representante dos Pais e Encarregados de Educação, Paula Gama, disse ter duas questões: a primeira refere-se à Associação de Estudantes. Informou que considerava complicado alguns comentários que ouviu sobre os miúdos. Referiu que os elementos da lista que ganhou andaram a fazer promessas e o que se consta é que não as cumpriram. Deste modo, demonstrou ser um assunto delicado numa escola, porque considera que tal é “política no seu melhor”, ou seja, prometem-se “mundos e fundos” para ganhar; no entanto, após as eleições, não se cumpre com o prometido. A sua mensagem foi no sentido de estarem atentos, e de falarem com quem de direito. Numa escola têm de se evitar tais situações.-----

----- A esta questão, o Presidente do Conselho Geral respondeu que estavam (Direção da escola e ele próprio) atentos a esta situação. Acrescentou que tinha falado com um elemento da Associação de Estudantes e que inclusivamente este lhe tinha referido sentirem necessidade de alguns materiais, nomeadamente colunas e de um computador. Por isso, sensibilizou e aconselhou a darem conhecimento à Direção de todas as ocorrências, no sentido de se conjugarem esforços para se encontrar a melhor e mais breve solução para estas questões.-----

----- A representante dos Pais, no que respeita à segunda questão, relativamente ao trânsito, acha muito complicado circular em frente à escola, por isso entende que se deveria enviar um documento à Câmara, a pedir o favor de alterarem o sentido do trânsito, colocando sentido único, a fim de resolver esta situação, que continua a causar tanto incómodo a toda a comunidade escolar.-----

----- O Presidente do Conselho Geral referiu que, no que respeita ao trânsito, este é um assunto que já se vem arrastando há largos anos, nunca sendo resolvido, apesar dos inúmeros pedidos. Neste âmbito, propôs (se todos concordarem) levar esta questão à próxima reunião do Conselho Municipal de Educação e, para além disso, elaborar um documento que deverá ser remetido à Câmara Municipal, ou ainda solicitar uma audiência ao Presidente da Câmara.-----

----- Todos concordaram.-----

----- O professor Paulo Carvalho disse que, em seu entender, as atas do Conselho Geral deveriam ser divulgadas, para que toda a comunidade escolar tenha acesso e possa tomar conhecimento de todos os assuntos analisados nas reuniões.-----

----- O Presidente do Conselho Geral respondeu afirmando que todas as atas se encontram na plataforma, na página do Agrupamento, disponíveis para consulta de toda a Comunidade Escolar.-----

----- O Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes a seguinte Ordem de Trabalhos para a próxima reunião: Ponto um: Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano anual de Atividades (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea f); Ponto dois: Apreciar os resultados do processo de Autoavaliação; Ponto três: Aprovar o mapa de férias do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea s); Ponto quatro: Processo de avaliação do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea q); Ponto cinco: Decisão acerca dos recursos (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea r); Ponto seis: Ratificar os critérios de organização de horários (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea l). -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- A próxima reunião ficou agendada para o dia dez de julho de dois mil e treze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

---

(Aníbal Marques)

A Secretária

---

(Clara Mira)